

# Brasil encerra mais uma década perdida

**Crescimento** foi menor nos anos 90 do que nos 80

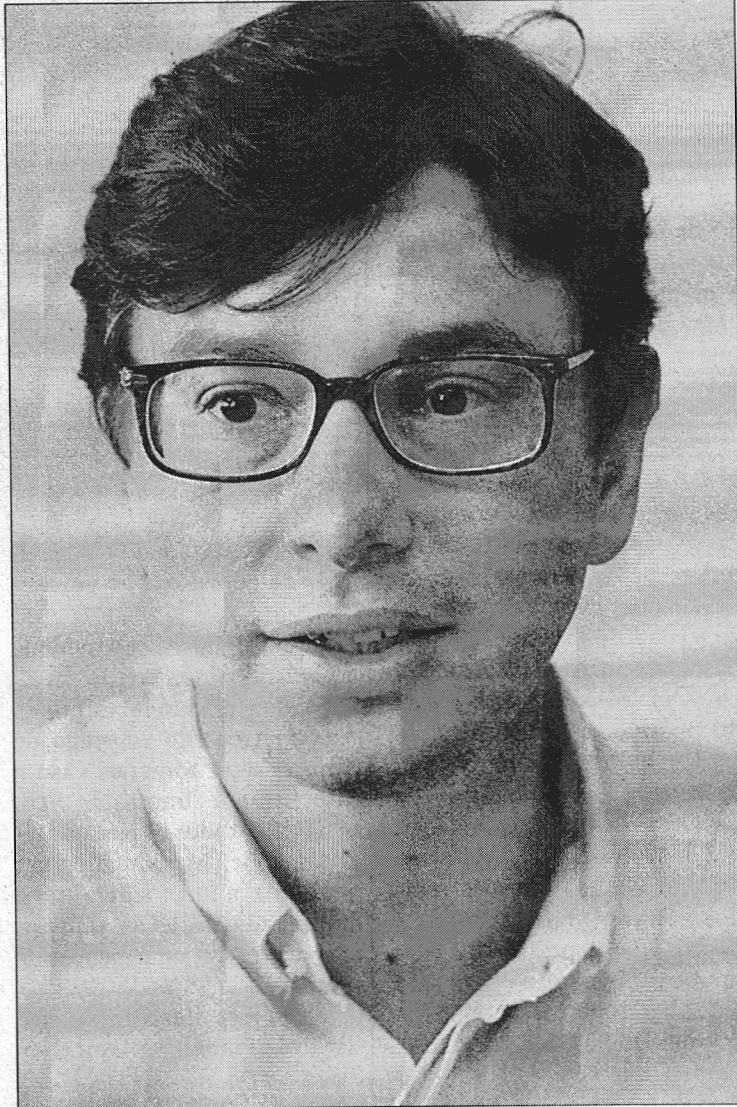
Mônica Zarattini/AE

O Brasil está encerrando mais uma década perdida. Nos anos 80, a chamada década perdida, a economia brasileira cresceu, em média, 2,5% ao ano. Nos anos 90, a média de crescimento ficou em 2%, diz o economista Antônio Prado, do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese). "Na década de 90, tivemos um crescimento inferior ao da década perdida", comenta. O ajuste se deu sobre o emprego e os salários: mais de um milhão de postos de trabalho foram fechados entre 1996 e 1999, de acordo com dados do Ministério do Trabalho. A massa salarial caiu 10% no período.

"As duas últimas décadas, marcadas pelo neoliberalismo, além de estagnar a economia brasileira, caracteriza-se pelo aumento do desemprego nos países pobres", afirma Márcio Pochmann, do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Unicamp). De 1975 para 1999, a participação dos países pobres na massa mundial de desempregados subiu de 59% para 79,4%. Enquanto isso, os países ricos passaram a responder por apenas 20,6% do desemprego global. Em 1975, eles participavam com 41%.

"O desemprego está cada vez mais presente nos países periféricos", conclui Pochmann no estudo "O desemprego na economia mundial". Segundo ele, as políticas liberalizantes não trouxeram os resultados prometidos: a economia mundial cresceu menos do que nas décadas de 50 e 70.

Para Antônio Prado, o Brasil está encerrando esse ciclo e deve entrar agora numa fase de crescimento econômico e recu-



**Pochmann:** liberalização sem os resultados prometidos

peração do emprego. Muitos economistas, porém, ressalta ele, acham que o Brasil ainda terá mais cinco anos perdidos pela frente. Com relação aos salários, Prado é pessimista: "A política econômica não comporta crescimento dos salários. É uma política bastante restritiva da demanda agregada". Com juros altos e prioridade para o ajuste fiscal, segundo ele, o Governo deve optar por uma política de crescimento da

economia, mas a taxas baixas.

A política macroeconômica do Governo, acrescenta Pochmann, impede qualquer tentativa de distribuição de renda no Brasil, que pudesse impulsionar o crescimento econômico. Segundo ele, se houvesse uma política de recuperação gradual do salário mínimo, as empresas poderiam investir mais para aumentar a produção e atender à demanda. As indústrias de alimentos, de ves-

tuário e de calçados teriam condições de puxar o crescimento, diz.

Ele afirma, entretanto, que o salário mínimo deixou de ser instrumento de combate às desigualdades e à pobreza para se transformar em mecanismo de ajuste das contas públicas e da demanda. Em 1995, quando houve aumento real do salário mínimo, houve diminuição da pobreza. "O Governo simplesmente abandonou o processo de redução da pobreza", afirma Prado.

A década de 90, lembra Prado, foi marcada pela "precarização do mercado de trabalho", com a substituição das contratações com carteira assinada e direito a férias e 13º salário por trabalhos sem qualquer direito trabalhista. "A Previdência Social está com problemas por causa da precarização do mercado de trabalho na década de 90", afirma.

Segundo Pochmann, a precarização atingiu somente os países pobres, enquanto os países ricos mantiveram políticas sociais que asseguraram às suas populações o mesmo padrão de vida e evitaram a exclusão social. A população dos países pobres, diz, faz parte de "uma feira internacional de mão-de-obra" cada vez mais barata devido ao grande contingente de desempregados. No ano passado, o Brasil, com 7,7 milhões de desempregados, ocupou a terceira posição entre os oito países com maior número de desempregados. Só ficou atrás da Índia e da Rússia. Em 1990, segundo Pochmann, o Brasil ocupava o oitavo lugar.

**GILSON LUIZ EUZÉBIO**

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA